

## UM HERÓI DEMASIADO HUMANO - O RETRATO DE AFONSO HENRIQUES NOS PRIMEIROS TEXTOS MEDIEVAIS<sup>1</sup>

Graça Videira Lopes (FCSH-UNL)

O propósito desta minha intervenção no Congresso que assinala os 900 anos do nascimento de Afonso Henriques é o de regressar ao retrato do primeiro rei de Portugal tal como aparece nos mais antigos relatos medievais portugueses que a ele se referem. Gostaria de começar por esclarecer que, não sendo historiadora, pelo menos *strictu sensu*, o que me proponho fazer não é tanto uma análise da verdade ou falsidade factual e histórica desses relatos, mas uma análise desses mesmos relatos enquanto narrativas, as primeiras sobre a vida e feitos de Afonso Henriques, com vista a tentar perceber de que forma a teia intrincada de lendas e factos históricos que as constitui nos pode ajudar a desenhar alguns traços da figura humana e histórica do nosso primeiro rei. Gostaria também de acrescentar que, não sendo a primeira vez que me debruço sobre esta tema, aproveitarei esta minha intervenção para rever alguns aspectos das minhas abordagens anteriores, à luz dos dados fornecidos por investigações recentes (algumas mesmo muito recentes) sobre esta mesma matéria.

Como certamente é do conhecimento de todos, as fontes primitivas de que dispomos sobre D. Afonso Henriques são muito escassas. Resumirei, pois, antes de mais, e muito brevemente, o que se pensa ter sido a tradição dos relatos proto-históricos sobre o fundador. Assim, e tanto quanto podemos perceber, a primeira

---

<sup>1</sup>Uma primeira versão deste texto foi publicada em *Modelo – Actas do V Congresso da Associação Portuguesa de Literatura Medieval*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005. A presente versão resulta de uma intervenção no Congresso Internacional D. Afonso Henriques, 900 anos depois, Viseu, Setembro de 2009.

fixação escrita das ocorrências relacionadas com Afonso Henriques é feita, em território português e em latim, na tradicional forma de anais, logo nos anos imediatos à sua morte, ocorrida em 1185: trata-se dos *Annalis Domni Alfonsi Portugallensium Regis*, provenientes de Santa Cruz de Coimbra e que se poderão datar desse mesmo ano ou seguinte. Não me vou ocupar particularmente deles neste momento. Diga-se apenas que a sua perspectiva é apologética, isto é, como comenta José Mattoso, a figura que nele abundantemente se adjectiva (gigante, leão rugidor, varão ínclito, etc.) “define as dimensões heróicas do nosso primeiro rei”<sup>[1]</sup>. Na verdade, a primeira narrativa escrita em *vulgar* sobre a fundação de Portugal e sobre os seus primeiros reinados datará de meados do século XIII: trata-se de um texto, cujo manuscrito original não chegou até nós, habitualmente designado como *Crónica Galego-Portuguesa de Espanha e Portugal*, segundo a proposta do investigador espanhol Diego Catalán (que nos anos 60 do século XX se debruçou sobre o assunto),<sup>[2]</sup> e que recentemente um jovem investigador do Porto, Filipe Alves Moreira, propôs que passasse a designar-se *Primeira Crónica Portuguesa*<sup>[3]</sup> (sugestão que também adopto); primeira crónica essa que, por sua vez, terá constituído uma das principais fontes, quanto à matéria afonsina, para o trabalho posterior do Conde D. Pedro de Barcelos, tanto no que diz respeito à sua *Crónica Geral de Espanha de 1344*, como ao seu *Livro de Linhagens*<sup>[4]</sup>. Por fim, num manuscrito copiado nos finais do século XV, e encontrado por Alexandre Herculano no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, encontramos ainda dois pequenos textos sobre o rei fundador, exactamente as *III e IV Crónicas Breves de Santa Cruz* (os números indicam a ordem pela qual aparecem no manuscrito, não a antiguidade). As investigações sobre esses curtos relatos demonstraram que a chamada *IV Crónica* (o texto mais antigo) é, na verdade, uma cópia quatrocentista da referida *Primeira Crónica Portuguesa*, uma muito feliz cópia, diga-se, dado ser o único testemunho que dela nos chegou; e que a *III Crónica* é, por sua vez, uma cópia da matéria afonsina da *Crónica de 1344*.

Em resumo, sobre a vida e feitos de D. Afonso Henriques, e no que diz respeito aos textos mais antigos em português, chegaram até nós, portanto, duas narrativas escritas, semelhantes mas não idênticas, uma mais antiga, que corresponde à *Primeira Crónica Portuguesa*, e que nos chegou apenas através da *IV Crónica de Santa Cruz de Coimbra*[\[5\]](#), e outra um pouco posterior, que se encontra na *Crónica de 1344* e na sua cópia quatrocentista, a *III Crónica de Santa Cruz de Coimbra*. São estes dois textos, o primeiro datável de meados do século XIII, como disse, e outro de meados do século XIV, os mais antigos testemunhos escritos contendo a história de Afonso Henriques e da fundação de Portugal. A importância destes dois curtos textos, retomados, acrescentados, adulterados ou corrigidos por toda a historiografia posterior, não necessitará, pois, de ser explicada.

Na verdade, desde a sua descoberta por Alexandre Herculano que as chamadas *III e IV Crónicas Breves de Santa Cruz de Coimbra* têm sido objecto de uma atenção particular, e isto não só pela antiguidade destes testemunhos, como se disse, mas também pelo carácter semi-lendário do relato que nos transmitem, relato onde parecem misturar-se sequências bastante diferenciadas (mais históricas ou mais ficcionais), que parecem provir de fontes diversas, aparentemente coladas de forma não muito hábil. Talvez por isso mesmo, uma grande parte dos trabalhos sobre estes textos têm-se centrado exactamente nas suas fontes (ou seja, tentando responder à pergunta: escritas numa época já tardia em relação ao factos, de onde vêm estas “estórias” sobre Afonso Henriques e a fundação do reino?). Entre esses trabalhos, destacarei os interessantes textos de António José Saraiva, datados dos anos 50 e 60[\[6\]](#), e nos quais Saraiva, partindo da hipótese de que parte destas “estórias” provinham de fontes orais, procura reconstituir o texto do que ele pensava ter sido uma perdida “Gesta de D. Afonso Henriques” (poema jogralesco sobre os seus feitos), de que estas crónicas seriam, pelo menos em parte, a prosificação. A proposta de A. J. Saraiva, criativa e sedutora, se bem que tivesse suscitado, desde sempre, algumas reservas, foi acolhida por diversos medievalistas,

entre os quais José Mattoso, que em vários dos seus estudos a retomou, confirmando e ampliando as suas propostas[7]. Mas os dados das investigações subsequentes, e as diversas críticas fundamentadas que o trabalho de Saraiva tem suscitado e, sobretudo, suscitou mais recentemente, levaram a Prof. Mattoso a rever a sua posição, como ele próprio explica num artigo recente, publicado na revista *Medievalista online*[8], e no qual faz uma extensa recensão crítica ao já citado livro de Filipe Alves Moreira, datado de 2008 e intitulado *Afonso Henriques e a Primeira Crónica Portuguesa*. No mesmo número da revista, um outro interessante artigo de José Carlos Miranda, “Na génese da Primeira Crónica Portuguesa”[9], retoma o assunto, avançando agora o que parecem ser consistentes dados sobre as fontes (escritas e não orais) que teriam estado na génese da mais antiga narrativa portuguesa sobre Afonso Henriques e a fundação do reino.

Se este recente conjunto de artigos, demonstrando a vitalidade do medievalismo em Portugal, é muito aliciante e me obriga também a rever a minha posição quanto às fontes orais propostas por AJ Saraiva, esclareço, no entanto, que o meu propósito aqui é um pouco o de fazer um movimento inverso àquele que seguem todos estes historiadores, ou seja, o de ler as primitivas narrativas portuguesas que até nós chegaram, sem me preocupar particularmente com a questão das suas fontes. Na verdade, constituindo estas narrativas os mais antigos testemunhos escritos em língua vulgar de que dispomos sobre Afonso Henriques[10], creio que análise desses textos em si não poderá deixar de ser útil. Analisemo-los, pois, um pouco mais de perto.

Os dois relatos, a que, para facilitar, passarei a chamar apenas *IV e III Crónicas Breves de Santa Cruz*, têm uma estrutura geral semelhante e duas ou três diferenças maiores. Assim, a narrativa mais antiga (*IV Crónica*) desenrola-se nas seguintes sequências:

- (1) breve introdução, com referência à vinda do Conde D. Henrique para a península e ao seu casamento D. Teresa;
- (2) discurso do Conde D. Henrique, moribundo, ao filho, morte e enterro do mesmo;
- (3) confronto entre Afonso Henriques e a mãe (com intervenção do padasto, Fernão Peres de Trava);
- (4) batalha de S. Mamede, com a fuga de Afonso Henriques, num primeiro momento, seguida da intervenção de um cavaleiro mais velho e experiente (um ajudante), no caso Soeiro Mendes, que o faz regressar ao campo de batalha, e da vitória final das tropas do príncipe;
- (5) prisão da mãe e maldição desta ao filho, seguida do pedido de auxílio de D. Teresa ao imperador de Castela;
- (6) invasão do imperador e recontro de Valdevez, com a derrota e fuga do imperador;
- (7) referência ao controle do território por D. Afonso e à batalha de Ourique, com indicação explícita da mudança de estatuto, de príncipe a rei, e das armas do reino (quinas);
- (8) narrativa conhecida como “o bispo negro”, que relata os desentendimentos entre o rei e o Papa, por ocasião da nomeação de um novo bispo para Coimbra (é a sequência mais extensa, lendária, ao que tudo indica, e posteriormente aproveitada por Herculano numa das suas mais conhecidas *Lendas e Narrativas*);
- (9) casamento do rei com D. Mafalda;
- (10) actividades civis do rei: ordens e mosteiros criados;
- (11) fundação “miraculosa” do mosteiro de Alcobaça, relacionada com a conquista de Santarém[\[11\]](#);
- (12) breves referências às conquistas de Lisboa (com a criação de S. Vicente de Fora) e de Évora;

- (13) breve apreciação geral do rei;
- (14) cumprimento da maldição materna – desastre de Badajoz;
- (15) breve referência à morte do rei e localização do seu túmulo.

A *III Crónica* (mais ou menos cem anos posterior, lembre-se, e da autoria do Conde de Barcelos) tem, como se disse, uma estrutura muito semelhante, mas com as seguintes diferenças maiores (para além de diferenças de pormenor):

- Na sequência relativa à batalha de S. Mamede, o cavaleiro que obriga o príncipe a regressar ao campo de batalha deixa de ser Sueiro Mendes, e passa a ser Egas Moniz.
- Isto possibilita que, no seguimento da sequência que relata a derrota e fuga do imperador depois do recontro de Valdevez, seja introduzido uma outra sequência, relativamente extensa, que narra uma nova invasão do mesmo imperador, o cerco deste a Guimarães, e uma nova intervenção de Egas Moniz, que consegue convencer o imperador a pôr fim a esse cerco; segue-se uma conversa entre Egas Moniz e Afonso Henriques e finalmente a ida a Toledo de Egas Moniz, com a mulher e os filhos, no cumprimento de uma promessa feita ao imperador (numa lenda bem conhecida). A *III Crónica* introduz, pois, aqui um episódio totalmente ausente do texto mais antigo.
- A *III Crónica* retoma em seguida a narrativa primitiva, com a sequência relativa à batalha de Ourique, de que faz uma descrição mais detalhada (como mais detalhadas são as referências às armas portuguesas, no caso juntando às quinas os escudos, as cruzes e os dinheiros), seguida igualmente da sequência do “bispo negro”.
- No final desta sequência, é introduzido um outro episódio ausente do texto

anterior, que é o relato detalhado da conquista de Santarém (depois de uma breve referência à conquista de Leiria e Torres Novas).

- O resto da *III Crónica* apresenta as mesmas matérias da anterior, mas numa ordem ligeiramente diferente, com as conquistas em primeiro lugar e muito mais detalhadas (são agora referidas Lisboa, Alenquer, Sintra, Almada, Palmela, Alcácer, Beja, Évora, Elvas, Moura e Serpa[\[12\]](#)), seguidas das actividades civis relativas a ordens e mosteiros (mas sem a sequência da fundação “milagrosa” de Alcobaça[\[13\]](#)), do casamento do rei e da apreciação global. A cópia que constitui a *III Crónica de Santa Cruz* termina aqui, mas no texto da *Crónica de 1344* (fonte da *III Crónica*) segue-se igualmente a narração do desastre de Badajoz, também mais detalhada (e com pormenores diferentes) e finalmente a referência à morte do rei e ao seu túmulo.

Em resumo, e para além das questões de pormenor, e da alteração do nome do “ajudante” do jovem príncipe Afonso em S. Mamede, o relato posterior, embora seguindo bastante de perto o primitivo, apresenta três grandes diferenças em relação a ele: uma omissão (a “estória” da fundação de Alcobaça) e duas grandes sequências novas (a “estória” de Egas Moniz e o relato da conquista de Santarém). Nota-se também, no texto mais recente, uma maior preocupação lógica, o que é visível nomeadamente na arrumação das sequências posteriores à do bispo negro, com o casamento a deixar de estar “pendurado” no meio das conquistas e fundações e a passar para o fim, por exemplo (sendo que, em ambos os relatos, a sequência final é a do desastre de Badajoz). Essa preocupação lógica é visível ainda na introdução de explicações suplementares em pontos que terão sido considerados obscuros, nem sempre com os melhores resultados narrativos, diga-se. É o que acontece, por exemplo, quando, no episódio do bispo negro, o cronista transforma a ordem que o rei dá aos clérigos, renitentes a escolherem um novo bispo “**Mas saíde-vos todos pola porta e eu catarei qual faça bispo**” (versão da *IV Crónica*) em “E ele vendo que nom queriam fazer o que lhes ele mandava, **degradou-os todos de**

***sua terra***". A alteração ao relato primitivo parece resultar, como faz notar António José Saraiva, de uma incompreensão do sentido teatral do gesto do rei, que no texto primitivo faz desfilar perante si os clérigos renitentes, com vista a escolher um deles ("*saíde-vos todos pola porta e eu catarei...*"), recurso jogralesco muito verosímil. A versão do relato posterior, substituindo o desfile dos clérigos e a sua saída pela porta pelo exílio ("*degradou-os todos de sua terra*"), acaba assim por se tornar narrativamente muito mais inverosímil, com a ordem de degredo seguida do súbito aparecimento de um outro clérigo "negro", vindo não se sabe bem de onde para ser nomeado bispo. Mas, se o autor posterior nem sempre percebeu o lado "cénico" do texto que seguia, as explicações acrescentadas no seu relato também são por vezes clarificadoras, como acontece nos detalhes que são dados sobre o desastre de Badajoz, de que poderemos citar, por exemplo, os relativos ao ferrolho da porta no qual Afonso Henriques se fere (nesta versão mais tardia de D. Pedro explicita-se que não é o rei mas sim o cavalo que fica ferido de morte ao embater no ferro, o que ajuda a explicar por que motivo o rei, apeado, se sai mal do recontro com os castelhanos e acaba por ser preso – e refiro-me aqui, como é evidente, à lógica da narrativa e não à veracidade dos factos; porque, neste aspecto, é nítido que a versão do desastre de Badajoz dada pelo texto do Conde D. Pedro tende a ser ainda mais favorável a Afonso Henriques do que a versão da *IV Crónica*).

Para além destes acrescentos "lógicos", a versão posterior é também muito mais detalhada (e extensa) não só porque, como é sabido, "quem conta um conto acrescenta um ponto" (é portanto mais palavrosa e recorre menos ao discurso directo), mas também porque parece haver mais quantidade de informação disponível, nomeadamente no que diz respeito às conquistas, como se viu (e mesmo a conquista de Lisboa, já referida no texto anterior, surge agora com detalhes novos, como a referência à intervenção "*de muitas companhias d'alemaes e framengos e doutras nações*" e com a indicação das terras concedidas a alguns deles, informações ausentes do relato anterior). Também o início da narrativa, na primeira



sequência relativa à vinda do Conde D. Henrique e ao seu casamento com D. Teresa, por exemplo, apresenta novos dados explicativos (como a referência ao primo Raimundo de Tolosa e o desaparecimento da anterior explicação de que D. Henrique teria vindo para a Península em peregrinação a Santiago de Compostela). Acrescenta-se, portanto, na versão posterior, um suplemento de informação, que chega a incluir, como igualmente se disse, um novo e razoavelmente extenso relato da conquista de Santarém, muito vivo e movimentado (o qual, como sugere Mattoso, poderá eventualmente ter tido como fonte a própria narração que Afonso Henriques, ou alguém muito próximo, terá feito pessoalmente aos clérigos de Santa Cruz[\[14\]](#)).

E será exactamente este propósito geral do texto posterior de acrescentar mais informação que deverá explicar igualmente a inclusão da sequência nova referente à lenda de Egas Moniz, narrativa que, como Mattoso supõe, talvez provenha do círculo cultural dos seus descendentes (eventualmente do trovador João Soares Coelho), num processo que o estudo de Mattoso procura analisar (e que explicaria também a mudança do primitivo ajudante, Sueiro Mendes)[\[15\]](#). Houve, portanto, na escrita do texto posterior, acesso a outras fontes, de carácter variado (e mais fidedignas umas que outras), que não deixaram de ser incluídas. Quanto à omissão posterior do episódio relativo à fundação “milagrosa” do mosteiro de Alcobaça, ela poderá ter explicações várias (nomeadamente as relacionadas com os posteriores conflitos entre Alcobaça e Santa Cruz, muito activos aquando da escrita desta segunda versão). Mas também não é impossível que o mesmo espírito lógico, ou mais “cortês”, se preferirmos, de que falámos antes tenha contribuído para a decisão do cronista de 1344 de omitir tal relato[\[16\]](#). De facto, esse espírito é também visível nas ligeiras alterações que são introduzidas na sequência a que chamei “apreciação geral do rei”, curta sequência que surge, como se disse, imediatamente antes da narrativa final do desastre de Badajoz. Repare-se no que se corta na passagem de uma versão para a seguinte: onde a crónica mais antiga diz “E

*em como foi da primeira mui esquivo, assi tornou depois, pela graça de Deus, a seer muito a serviço de Deus. Ca em seu tempo, quando era mancebo, **nom conhicia tanto Deus nem sabia que era***”, a versão de 1344 diz: “*E em sua mancebia foi mui bravo e esquivo, mas depois foi mui manso e mesurado e boom cristão e fez muito serviço a Deus*”. O cronista posterior omite, pois, o comentário final que explicitava que, na sua juventude, o rei “*não conhicia Deus nem sabia que era*”. É, novamente, uma versão mais branda do rei, mas ao mesmo tempo, mais cortês e menos imediatamente religiosa (a palavra “Deus” aparece três vezes na primeira narrativa e apenas uma aqui).

Seja como for, e por sintomáticas que sejam as diferenças que temos vindo a considerar, o certo é que os dois relatos têm indiscutivelmente em comum o facto de se nos apresentam como uma espécie de mantas de retalhos, unindo “estórias” diversas (presumivelmente a partir de fontes quer cavaleirescas quer monásticas), “estórias” essas que, embora fundindo-se numa narrativa única, parecem dar ao leitor sucessivas e contraditórias imagens do rei fundador. Deste modo, e tomando como exemplo o texto mais antigo, à manta de retalhos que é a própria matéria cavaleiresca relativa a Afonso Henriques (onde a imagem do rei balança de infante inseguro a cavaleiro bravo), juntam-se, no texto, as sequências aparentemente provenientes da tradição monástica (onde a imagem é a do rei piedoso), de que a mais saliente será a da fundação do mosteiro de Alcobaça. E assim, quase imediatamente a seguir ao episódio do bispo negro, tão marcadamente anticlerical (só com muito esforço dos seus companheiros o rei não decapita o legado papal), o leitor desta *Primeira Crónica Portuguesa* depara-se, sem transição, com a figura piedosa de Afonso Henriques fundando piedosamente o mosteiro de Alcobaça, sem que a incongruência pareça perturbar minimamente o cronista. Não sabemos quem teria sido esse cronista primitivo. Mas, como se vê, se ele não inventou *ab initio* a lenda do bispo negro, transcreveu-a da sua eventual fonte (oral ou escrita) tão

piamente como transcreveu o “milagre” seguinte (visivelmente doutra fonte, esta monástica). E escreveu desta forma um texto único (única matriz, aliás, a chegar até nós), uma narrativa que funciona em sucessivos quadros, que se vão unindo de forma relativamente abrupta e sem explicações. Mas uma narrativa à qual, apesar de tudo, procurou dar a sua lógica própria, como se torna muito visível na apreciação geral do rei que é feita imediatamente antes do desastre de Badajoz (e a que acima aludi).

Na verdade, esta breve sequência, presente nos dois textos, quase no seu final, mostra-nos claramente um narrador que procura, mesmo assim, dar uma certa ordem às informações díspares de que dispõe e justificar aos olhos do leitor a aparente incongruência dos comportamentos do rei – distinguindo, pois, como vimos, entre a “impiedade” da sua juventude e a piedade “pela graça de Deus” da idade adulta. Ou seja, em ambas as narrativas, há, de facto, uma tentativa de estabelecer um fio condutor entre os episódios aparentemente incongruentes protagonizados pelo rei, fio esse que nos é muito visivelmente explicitado através da apreciação geral final do seu comportamento.

Quanto ao outro fio condutor mais “romanesco” de ambas as narrativas, a maldição materna (lançada por D. Teresa, no momento da sua suposta prisão) e a sua concretização no desastre de Badajoz, que seria, na opinião dos mais diversos medievalistas, o fio narrativo principal da primitiva “estória” cavaleiresca de D. Afonso, ele já foi suficientemente estudado, pelo que não vou demorar-me nesta questão. Diga-se apenas que este fio narrativo permite, na verdade, dar uma moralidade implícita à totalidade da história do primeiro rei, o desastre de Badajoz funcionando de certa forma como castigo - no caso, não apenas do comportamento do filho em relação à mãe (eventualmente, o fio “moral” da primitiva tradição cavaleiresca), mas agora igualmente de todas as “estórias” relativamente heterodoxas anteriormente contadas. Desta forma, a sequência final do desastre de Badajoz é verdadeiramente o seu epílogo. Só assim se entenderá por que motivo a

apreciação geral do rei não é a sequência final, como se poderia esperar, mas precede exactamente, em ambos os textos, a sequência do desastre de Badajoz<sup>[17]</sup>. Este facto torna evidente que esta sequência final funciona em ambas as narrativas, como disse, como epílogo implicitamente moral: os erros pagam-se, o acaso é uma das formas inevitáveis da justiça divina, a que nem os mais fortes escapam.

Não penso, pois, que estas duas narrativas primitivas sobre Afonso Henriques sejam assim tão incongruentes no modo como “cosem” os vários retalhos de que partiram. Na verdade, a figura de Afonso Henriques que nelas se desenha tem uma lógica diacrónica, ou seja, a narrativa acompanha um percurso que vai da imprudência e excesso de confiança juvenis (patentes no seu comportamento na batalha de S. Mamede), à arrogância do conquistador e do chefe do bando de cavaleiros vitoriosos (na prisão da mãe e na “estória” do bispo negro), até à sensatez do homem maduro (no apoio às ordens militares e outras actividades civis e na sua piedade na fundação de mosteiros), e onde se sublinham igualmente as suas qualidades de arguto estratega (especialmente no relato da conquista de Santarém, da segunda narrativa). O desastre de Badajoz fecha tragicamente o ciclo, como vimos. Mas deve notar-se que, mesmo aqui (e ao contrário do que acontece em algumas outras fontes castelhanas que referem o episódio), não é nunca na figura de um rei derrotado e incapacitado pela doença que o impede de cavalgar que Afonso Henriques nos aparece, mas antes na de um rei que voluntariamente não torna a montar a cavalo para não ter que cumprir o prometido: o de regressar à vassalagem ao rei de Castela, assim que pudesse voltar a cavalgar. É, pois, ainda a figura do herói arguto que ambos os textos desenharam como epílogo, e não a do homem derrotado. Se a maldição se cumpre a nível pessoal (os desígnios de Deus são insondáveis), o chefe não é por ela abatido; consegue, muito pelo contrário, contorná-la em seu benefício e dos seus.

Nesta medida, e tentando resumir brevemente os dados que até aqui fomos coligindo, poderemos dizer, pois, que a figura de Afonso Henriques que surge em

ambas as narrativas é, não a de um herói plano, mas a de um verdadeiro herói trágico, aquele que reúne em si as qualidades e os defeitos que, pelo excesso, o distinguem do homem comum e lhe garantem um destino de exceção. Em síntese: se não é ainda o mítico Rei-Fundador que se desenha nestas narrativas, como faz notar José Mattoso (e como será o caso logo nos séculos seguintes), se elas desenhavam na verdade uma figura humana, cujos defeitos e excessos não se escondem nem iludem, deve, no entanto, acrescentar-se que, ao mesmo tempo, é este material humanamente contraditório que define exactamente o herói trágico, aquele onde mais imediatamente o mito pode enraizar.

Para além destas duas narrativas sobre Afonso Henriques e a fundação do reino que acabámos de analisar, gostaria ainda de fazer uma brevíssima referência a dois outros curtos textos de carácter diferente, dispersos no *Livro de Linhagens* e aí inseridos no grupo a que Mattoso chama “tradições familiares”<sup>[18]</sup>. Trata-se de pequenos relatos onde a figura do primeiro rei nos surge no contexto de histórias sobre outras personagens da nobreza do tempo, geralmente na forma de pequenas anedotas sobre o quotidiano. Numa delas vemos Afonso Henriques hospedado em casa de um seu vassalo, D. Gonçalo de Sousa de Unhão, e “doneando-lhe” a mulher à hora de almoço. Surpreendendo os dois, D. Gonçalo, depois de rapar o cabelo à consorte, remete-a à família, montada ao contrário num sendeiro, e perante as chufas e apupos de todos os moços da casa, tudo isto sem qualquer resposta cabal da parte rei. Na outra vemos Afonso Henriques comendo em Coimbra na companhia de alguns dos seus cavaleiros, entre os quais dois familiares por afinidade, D. Sancho Nunes, referenciado como seu genro, D. Gonçalo de Sousa, referenciado como marido da sua neta<sup>[19]</sup>, e ainda D. Fernão Mendes, o Bravo, senhor de Bragança. Este último torna-se motivo de chacota do grupo próximo do rei em razão de “*ũa pouca de nata que (lhe) caíra pela barva*”. Segue-se a ira do despeitado senhor de Bragança contra o rei, só aplacada, segundo reza a “estória” quando este finalmente

lhe dá a própria filha (que subtrai ao legítimo marido, Sancho Nunes) e as terras de D. Gonçalo de Sousa, obtendo assim o desagravo contra os dois cavaleiros “chufadores”. Não podemos, obviamente, pronunciar-nos sobre a verdade factual destas pequenas “estórias”, ainda que ambas retratem comportamentos que não seriam talvez inverosímeis na figura de Afonso Henriques: refiro-me, não à sua reacção (que as “estórias” não apresentam como particularmente brilhante), mas aos próprios factos na origem dos episódios, ou seja, à tentativa de sedução de uma dona casada “nas barbas” do marido e à chacota com um cavaleiro um pouco mais rústico (e cavaleiro que outras histórias do mesmo *Livro de Linhagens* apresentam, aliás, como violento e irascível). Mas o desfecho destas narrativas (ou seja, o modo como os episódios são contados), se historicamente pode ser muito significativo, como sintoma das posições dos grupos em presença, tanto na época da Afonso Henriques como na época em que foram passadas a escrito, não será talvez o mais importante em relação à da figura do rei que elas nos transmitem, já que, como é evidente, o ponto de vista que estas pequenas anedotas transmitem é o da memória familiar e da exaltação dos antepassados, com vista sobretudo ao presente dos narradores ou dos seus mandatários[20]. Já os motivos de que partem ambas as anedotas, o que poderemos chamar “apetite sexual” do rei, na primeira, ou o seu gosto pela provocação, na segunda, parecem-me bastante verosímeis e não é impossível que correspondam, se não à letra, pelo menos ao espírito da figura do nosso primeiro rei. Não destoam, de qualquer forma, da apreciação crítica que fazem as primeiros crónicas sobre a juventude de Afonso Henriques, como vimos.

De qualquer modo, e seja qual seja a veracidade destes episódios, uma coisa é, no entanto, certa: ao sublinharem essencialmente os aspectos negativos da figura do rei (cuja proximidade com membros dessas famílias, mesmo assim, note-se, se procura realçar), estas pequenas narrativas do quotidiano, humanizando-o, abrem o nosso olhar para o que me parece ser o verdadeiro lado épico de Afonso Henriques, que, no seu conjunto, estes relatos primitivos sobre a sua figura nos permitem

entrevier: o de ter sido, além de um chefe corajoso e arguto, um homem que nem sempre se apresentaria como um modelo, ou seja, alguém que não precisou do mito para o impor.

É por isso que creio que, nas suas hesitações e incongruências, estas primeiras crónicas portuguesas abrem os nossos olhos para o verdadeiro lado épico de Afonso Henriques: o de ter sido, além de um chefe corajoso e arguto, um homem que nem sempre se apresentaria como um modelo, ou seja, alguém que não precisou do mito para o impor.

---

[1] “As três faces de Afonso Henriques”, *Naquele tempo – Ensaios de História Medieval*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p.474.

[2] Diego Catalán Menéndez Pidal, *De Alfonso X al Conde de Barcelos. Cuatro estudios sobre el nacimiento de la historiografía romance en Castilla y Portugal*, Madrid, Ed. Gredos, 1962.

[3] *Afonso Henriques e a Primeira Crónica Portuguesa*, Porto, Estratégias Criativas, 2008.

[4] Muito possivelmente, não de forma directa, mas através da sua versão, que surge na *Crónica dos Vinte Reis*.

[5] E, parcelarmente e com ligeiras diferenças, através do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (título VII). Aparece igualmente, em castelhano, como se disse, na *Crónica dos Vinte Reis*.

[6] “A estória jogralesca de Afonso Henriques”, in *A cultura em Portugal, Livro II*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1983, pp.117-167.

[7] Nomeadamente em “As três faces de Afonso Henriques” e “A nova face de Afonso Henriques” in *Naquele tempo – Ensaios de História Medieval*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp.469-483 e pp. 485-500, ou, muito recentemente, na biografia de D. Afonso Henriques (Círculo de Leitores/Temas e Debates).

[8] [Medievalista Online](#) nº6, Setembro 2009

[9] [Medievalista Online](#) [Miranda](#)

[10] Na referida biografia de D. Afonso Henriques, Mattoso começa, exactamente, pela questão das fontes. Para uma análise mais detalhada da questão, vejam-se as pp. 10-11 da Introdução.

[11] A III Crónica liga, de facto, miraculosamente, a conquista de Santarém à fundação de Alcobaça. Como a sequência não é longa, aqui se transcreve: “E fez o mosteiro d' Alcobaça quando ia filhar Santarém a mouros. E ia co ele seu irmão, o qual jaz sepultado ena ousia do dito mosteiro. E seu nome é Pedro Afonso. E chegando acima de Serra Mindiga, dom Pedro Afonso disse contra seu irmão, rei dom Afonso: “Senhor, ouvi falar de um homem bom e mui santo que chamam Bernardo, que é de ãa ordem que chamam Sam Vento. E faz Deus por ele muitos milagres. E nom há cousa que peça a Deus que lha nom compra. E, senhor, se lhe vós derdes aqui um lugar em que seja feito um mosteiro, creede bem que logo per mercê de Deus filharedes Santarém”. Entonces lhe disse el-rei: “Escolhede-o vós, dom Pero Afonso, meu irmão, onde teverdes por bem”. E entom lhe disse dom Pedro Afonso: “Senhor, dade-lhe toda esta várzea que vae des Leirea viindo polo mar ataa cá”. Entom lhe disse el-rei: “Muito me praz, em tal que nós nom levemos mais aram em filhar esta vila de Santarém. E eu rogo a Sam Bernardo que ele rogue a Nosso Senhor Iesu Cristo que em tal hora vaamos hoje nós, que decaiam os imiigos da fé do poder que teem”. E entom foram-se. E em esse dia, pola vertude de Deus e pelas orações de Sam Bemardo, que o soube polo Espírito Santo, filharam a vila de Santarém. E da tomada fez el-rei dom Afonso o mosteiro d'Alcobaça, a qual é mui rica abadia. E quando a começaram a fazer andava a era em mil e cento e noventa anos. E ofereceu-a a Sam Bernardo, que era entom abade de Craraval”.



[12] Uma parte significativa destas referências surgem também já na versão do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, que, como se vê, não segue textualmente o texto da *IV Crónica*.

[13] Talvez por lapso, António José Saraiva diz que este relato só surge posteriormente, na *Crónica de 1344*. Na verdade, ele surge exactamente na versão mais antiga e está ausente da versão da *Crónica de 1344*, onde se diz apenas: “Este rei dom Afonso fez o moesteiro d' Alcobaça e o castelo que está acerca dele. E começou-o a fazer ena era de mil anos, e ofereceu-o a Sam Bernaldo, que era abade de Craraval. E este rei dom Afonso havia já ante desto feito o moesteiro de Santa Cruz em Coimbra, por honra da morte e paixom que o Nosso Senhor Iesu Cristo padeceu na cruz”.

[14] Um relato semelhante, mas com alterações significativas, surge numa narrativa latina, igualmente proveniente de Santa Cruz de Coimbra, *De expugnatione Scalabis*, in *Portugaliae monumenta historica. Scriptores*, I, Lisboa, Academia das Ciências, pp 93-95. Apesar de Saraiva e Mattoso sugerirem que seria essa a fonte da *Crónica*, tal não é a opinião de Lindley Cintra, opinião essa que me parece mais consistente (Introdução à *Crónica geral de Espanha de 1344*, Lisboa, IN/CM, vol.I, 1951, p. CCCXCIV).

[15] “João Soares Coelho e a gesta de Egas Moniz”, in *Portugal medieval – Novas interpretações*, Lisboa, IN/CM, 2ª ed., 1992, pp.409-435.

[16] Parece, aliás, haver uma variação curiosa nas referências a Alcobaça. O “milagre” desaparece no *Livro de Linhagens* (que supostamente segue o texto da *IV Crónica*), e, como já vimos, na *III Crónica*. Mas na versão da própria *Crónica de 1344* (e não no texto da *III Crónica de Santa Cruz* que temos vindo a seguir) acrescenta-se ainda, numa clara referência ao “milagre” desaparecido do texto: *E segundo openiom d'alguns, dizem que este rei dom Afonso havia grande devoção nas orações de S. Bernardo. E que por esto lhe dava Deus tantas boas andanças contra os mouros*. A anterior narrativa deixa portanto aqui ainda alguns vestígios, mesmo se o “milagre” que nela se narra é reduzido à “opinião de alguns” (que, presumimos, não será exactamente a do narrador). Como se vê, apesar dos textos serem muito semelhantes, a *III Crónica de Santa Cruz de Coimbra* não segue literalmente o texto de 1344 (como se disse, uma possível explicação para esta secura do texto copiado em Coimbra poderá relacionar-se com os arrastados conflitos posteriores entre os dois mosteiros).

[17] O texto do *Livro de Linhagens* (quase, mas não totalmente, idêntico à *IV Crónica de Santa Cruz*, como se disse) apresenta uma variação curiosa nesta matéria: a apreciação global do rei desaparece. Em contrapartida, no final, quando se refere a data do seu falecimento, este texto (e só ele) acrescenta, num futuro pleno de sentido, “e será no paraíso”.

[18] Mattoso, José, *Narrativas dos Livros de Linhagens*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983, pp. 80-82 (igualmente em Mattoso, “Obras Completas”, Círculo de Leitores).

[19] De facto parece que D. Sancho Nunes e D. Gonçalo de Sousa seriam respectivamente cunhado e genro de Afonso Henriques.

[20] Questão que Mattoso clarifica perfeitamente no seu estudo, ao referir-se nomeadamente às alterações no seio das elites dirigentes ocorridas nos reinados seguintes.